

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV**

Aos vinte e cinco dias do mês de Julho de dois mil e dezessete, às dezoito horas e seis minutos, no plenarinho da Câmara Municipal, reuniram-se o Conselho Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, além de servidores para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos. Vale destacar a ausência justificada do conselheiro Adilson de Almeida Lima, devido a questão de ordem pessoal.

**Pauta do dia:** Leitura da ata do dia 11 de Julho; Apresentação da Política de Investimentos pelo Sr Ronaldo (LDB); relatório financeiro Abril a Maio/17; 51º Congresso Nacional ABIPEM em Maceió (participantes Nara, Francinete e Adriana); posição atualizada sobre a nova sede; devolutiva da Guarda Municipal na Pauliprev; agendamento da reunião da Prefeitura- Dr Douglas, Diretor Presidente e Conselho; atualização da CRP - Certidão de Regularidade Previdenciária e Pró memória de pendências /2017 atualizado Eliete.

O Presidente do Conselho realizou a leitura da pauta proposta, informando ainda que a apresentação da Política de Investimentos e o 51º Congresso teriam suas apresentações adiadas para outra oportunidade.

**Primeiro item da ordem do dia:** sobre a leitura da ata , os presentes por unanimidade optaram pela dispensa dessa leitura, visto a ciência da mesma previamente, sendo aprovada por todos por unanimidade.

**Segundo item da ordem do dia:** A Presidente do Conselho Fiscal Ligian, informou que o Conselho teria se reunido no dia 13 de Julho, e que teriam solicitado documentos relacionados ao meses de Abril , Maio e Junho, porém a do último mês não estaria pronto para análise. Segundo Ligian, a Diretoria teria emitido um documento citando que o contador finaliza a organização do mês, no mês subsequente. Assim, estaria apresentando ao Conselho a análise dos meses de Abril e Maio. Eliete então questionou se o mês de Junho seria apresentado na segunda reunião ordinária no mês de Agosto, tendo a resposta positiva. Márcia Ambrozini ressaltou que teria ficado estabelecido que sempre o Conselho Fiscal apresentaria nas segundas reuniões do mês, o relatório do mês anterior, porém como os documentos não chegam a tempo , sempre será apresentado a análise dois meses depois do mês que se findou. Ligian então citou que foi verificado os repasses da Prefeitura e Câmara, que os mesmos vem sendo realizados em dia , apresentando neste momento cópias de documentos com respectivos valores (meses Abril à Junho), acrescentando ainda que este dinheiro vem sendo depositado no Fundo da Caixa Econômica. A seguir citou que o parcelamento também vem se efetivando, geralmente no dia 20 de cada mês e que estaria indo à Contabilidade sistematicamente no início dos meses para verificar o repasse e que depois eles passam o do parcelamento. Quanto a análise das contas, Ligian explicou que teria gerado um protocolo sob número 262/Pauiprev, onde o Conselho teria solicitado cópia do contrato da LDB , onde uma vez analisado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Marcia*

*[Handwritten signature]*

não verificaram nenhuma pendência ; do projeto de elaboração arquitetônico, verificou-se que o valor foi pago em duas parcelas; alguns adiantamentos de verbas estariam pendentes, verbas estas destinadas à questões corriqueiras do Instituto ( participações em reuniões em outras cidades, pedágio, combustível), portanto ficando em pendência dois processos, um com valor igual de R\$ 1000,00 e outro de R\$ 1500,00, que já foi adiantado pelo Sr Rogério que está sendo finalizado. Posteriormente citou que foi solicitado algumas planilhas da carteira de investimentos, planilha esta detalhada, onde consta o fundo, o percentual e os valores, objetivando verificar superficialmente os fundos que vem apresentando mais problemas, porém não teve acesso a mesma, por encontrar-se no computador da Magali que apresentou defeito, mas que será disponibilizado, sugerindo inclusive neste momento que se faça back up em outros computadores. O Diretor Presidente citou que toda vez que a empresa realiza manutenção gera-se um problema, mas que existe esta gravação, que de fato o computador ficou travado durante 3 a 4 dias. Ligian a seguir citou que não foi realizado tal análise da carteira, porém analisaram as atas do comitê de investimentos. Expôs a seguir que teria ocorrido dois empenhos de IPTU no mesmo mês , que já teria sido resolvido, visto atraso na entrega do carnê; que teriam sido alertadas pelo Fabio que a Câmara teria contado com problema com o Tribunal de Contas em função do pagamento de cartão de visita, o que fez a mesma contatar o contador, o qual teria lhe enviado uma cópia de uma portaria, onde é citado que pode usar a verba de custeio para tal. Ligian ressaltou importante documentar haja visto algum questionamento por parte do Tribunal de Contas posteriormente. A seguir citou que teriam verificado uma divergência no empenho da GAP (cheque e empenho com valores diferenciados), porém lembrando que quando se faz a retenção do Imposto, o valor

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

fica retido em sua cidade, gerando essa diferença. Seguindo, citou que a Diretoria teria providenciado vários documentos, reunindo-se novamente o Conselho Fiscal em 20 de Julho, relatando que teria solicitado ainda o contrato da FIPE, através do protocolo 271/Pauliprev; citando ainda que não teriam observado grandes gastos durante esses dois meses, aparecendo portanto o pagamento do segundo aluguel, o que a fez solicitar um parecer jurídico quanto o Instituto estar custeando dois alugueis simultâneos, visando se resguardar caso tenha algum apontamento do Tribunal de Contas. Ligian ainda citou que Fabio posteriormente a sua fala apresentaria alguns fundos antigos que contaram com perda, o que fez a mesma solicitar toda documentação sobre os mesmos: quando foi aplicado e data de aprovação, visto serem fundos problemáticos. Posteriormente, Ligian citou sobre o parcelamento que a Pauliprev apresenta, lembrando que vem sendo pago um parcelamento antigo preocupando-se quanto a diferença que possui e da forma como ficará, considerando que deveria ser R\$ 967,00, sendo que está sendo pago em torno de R\$ 500,00, sendo R\$ 300,00 do primeiro parcelamento além de juros e correção, sendo que gostaria de ter uma negativa dessa questão. Posteriormente, citou da forma "tosca" que os Regimentos Internos dos Conselhos se apresentam e que teria ocorrido pagamento de 18 conselheiros, porém os Conselhos contam com 14, ressaltando ainda que em Março ocorreu troca de conselheiros, em Abril ocorreram muitas reuniões, porém alguns conselheiros ausentes, ou seja, o Regimento Interno não cita o que deve ser pago (somente ordinária?). Sandra pediu a palavra e citou não se recordar se era no Regimento Interno ou na Lei 18 que citava que o pagamento deve estar atrelado as reuniões ordinárias. Ligian então explicou que o Conselho Administrativo deve contar com duas reuniões ordinárias, essas que terão que ser passadas para a

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten initials]*

contabilidade para realizar os pagamentos devidos, sendo que uma das reuniões havia 18, sendo que o Admilson não contou com parâmetros, visto que não possuía na lista de presença se ocorreria reunião ordinária ou extraordinária. Eliete então pediu a palavra e reiterou que de fato isso ocorreu, que teria participado em um mês de uma reunião ordinária e outra extraordinária, porém sua suplente Iria teria participado como sua substituta em uma reunião ordinária e com isso Eliete teria recebido valor total, como se tivesse participado de duas reuniões ordinárias, solicitando assim a redução desse valor pago erroneamente. Márcia Ambrozini então leu um Decreto identificado por Fábio no site da Prefeitura, o qual apontava que o pagamento do Jeton estaria atrelado a participação de duas reuniões, não especificando ordinárias. Ligian então citou que gostaria do uso do bom senso e que as pessoas que receberam valor maior que contatassem a Diretoria Administrativa e que para isso fossem elencadas as reuniões de Abril a Maio, tanto ordinárias como extraordinárias. Márcia Ambrozini citou que tal questão de pagamento errôneos ocorreram nos meses de Abril (troca de conselheiro indicado) a Maio. Ao mesmo tempo Ligian citou que esta questão de alteração do Regimento Interno, deve ser discutido em outra oportunidade, que vai estar acompanhado o pagamento de jeton à 14 conselheiros e que o Conselho Fiscal teria abonado a falta de um conselheiro fiscal naquela data, que teria aprestado falta justificada antecipada devido a viagem, não sendo chamado seu suplente, visto o não acompanhamento em reunião, no entanto este mesmo conselheiro comparecerá no Instituto posteriormente, analisará todos os documentos já avaliados pelos demais conselheiros e dará seu parecer nos documentos pertinentes. Assim, Ligian sugeriu que no caso do Conselho Administrativo, caso algum conselheiro não possa participar, que a pauta da próxima reunião

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*

*Marcia*

*[Handwritten signature]*

seja realizada de forma que possa ser remanejada, caso conte com alguma questão para aprovação, visto a ausência do mesmo . Iria então expôs que o abono de falta está relacionado ao atestado de saúde, tendo a devolutiva da Ligian que fica a critério do Presidente. Sandra sugeriu que a questão seja melhor debatida posteriormente, complementada pela Ligian a importância de uma reunião extraordinária para esta questão ser melhor debatida. Márcia Ambrozini citou que as regras devem ser mais claras, quando abonas as faltas ou não, que se tenha regras iguais para todos . Ligian citou que para o mês de Agosto analisarão a carteira e as contas do mês de Junho, assim como os contratos que foram solicitados, devendo ser assim apresentados na segunda reunião do mês de Agosto. A seguir o Diretor Financeiro e Fábio, ambos do comitê de investimentos apresentaram um panorama geral da carteira de investimentos. Luciano citou que estaria se baseando na ultima ata do comitê onde foi identificado problemas de ordem administrativa, de gestão e possibilidades de prejuízos. Citou do investimento Piatã, renda fixa, crédito privado, e que teria contado recentemente com uma Assembleia para troca de gestor , citando ainda que em meados do mês de Março, teriam contado com uma chamada para se fazer a análise deste gestor, que entres outros problemas teria ocorrido quebra de fidúcia, que não tiveram dentro do programa de aplicação, apresentação correta das alocações, motivo pelo qual ocorreu a Assembleia para mudança de gestor no mês de Junho, proposta esta aprovada. Com isso, esse fundo apresentou um prejuízo de 75%; que o novo gestor já teria apresentado um relatório preliminar, que já foi passado ao Diretor Presidente, onde a Pauliiprev conta com aplicação em torno de 20 milhões. A seguir relatou que de uma mesma administradora chamada Incentivo I e II, que possui em sua carteira praticamente os mesmos devedores, que teria ocorrido um ano em

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

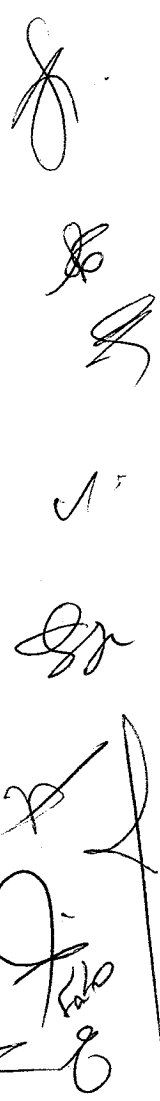
média de vencimentos de títulos sem as devidas cobranças, talvez devido algum tipo de acertos com esses devedores e assim mantendo essa prática. Fábio então pediu a palavra e citou que teriam contatado a Incentivo e Gradual frente as notícias publicadas na imprensa. Luciano então acrescentou que em relação a Incentivo e Gradual, que há problemas de ordem jurídica entre os dois, deixando claro aos mesmos que quem são donos dos fundos são os cotistas e que estes não possuem nada com a briga dos dois, e caso não seja resolvido, que gostariam de realizar a troca tanto do administrador como do gestor. Lembrou ainda que do Piatã foi possível realizar esta troca, sendo questionado pela Eliete o nome, tendo a devolutiva que corresponde BRPP Brasil Plural. Segundo Luciano, outro fundo que já foi citado em reunião, que apresenta problemas de condução por parte do gestor, são geridos pela FMD, não que tenham demonstrado algum tipo de perda de ativo, mas estão acompanhando de perto enquanto carteira, garantias; que tanto o mesmo como o Fabio conversaram com os gestores, que as garantias são da ordem de 130% no mínimo, que deixaram liberados inclusive para que se faça visitas nos empreendimentos em Tocantins e em Sta Catarina, sendo que poderiam participar desta visita, como sugestão, um membro do comitê de investimentos e do fiscal, objetivando acompanhar de perto o andamento das obras, inclusive se for necessário fazer a solicitação de algum avaliador. Luciano informou a seguir que com eles o Instituto possui o fundo Pyxis, que havia um desenquadramento conforme citado anteriormente pelo Ronaldo, que ultrapassava os 25%, fator este de comprometimento para a certificação do Instituto, sendo que foi realizada uma solicitação ao gestor para a realização do enquadramento em um período de 30 dias, sendo que ele já deveria ter realizado, visto ser regra 120 dias da época da captação, porém já solicitou prorrogação, se

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

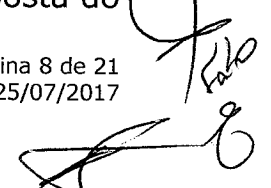
*[Handwritten signatures at the bottom left]*

*[Handwritten signature at the bottom right]*

estabelecendo 30 de Julho. Reginaldo então o questionou se o mesmo não se enquadrar. Luciano então explicou que será chamado uma Assembleia de cotistas, visando a troca de gestor. Sandra então perguntou quanto o Instituto possui de porcentagem e quem são os demais cotistas. Luciano citou que o Instituto conta com 32% , expondo ainda que 3 cotistas possuem participações relevantes (Campo de Goytacazes, Paulínia e Uberlândia) que juntos contam aproximadamente com 80% da composição, todos desenquadrados segundo Resolução. O Diretor Financeiro mencionou que essas aplicações são provenientes do final do ano anterior; que a Pauliprev tem "mexido" com interesses ,necessitando tomar cuidado conforme orientação do Diretor Presidente ; que este tem votado e tomado atitudes que vem contra interesses desse pessoal. Luciano ainda se referiu sobre o "Porcão" antigo NSG , onde o Instituto vem encaminhado uma proposta para uma resolução , visando contar com uma perda menor, valor cotado em carteira em 33 milhões, mas provavelmente não há esse valor; no entanto na carteira tem ativos e tem possibilidades e portanto a necessidade de fazer um trabalho de investigação ,não sendo tão fácil como trocar o gestor, sendo lembrado pelo Reginaldo que já foi trocado varias vezes este gestor. Eliete então pediu a palavra e questionou se há proposta de mudança de fundo. Luciano citou que isso ocorrerá a partir de uma nova policita de investimento, visto que a proposta do primeiro semestre era conhecer primeiramente a carteira para então efetivar tais mudanças, lembrando da questão da medida legal e ao mesmo tempo a medida objetiva, que é atingir a meta atuarial. Com isso Luciano sugeriu que será elencado 3 ou 4 players que estejam credenciados , aprovados por todos. Eliete então questionou o Diretor Presidente se diante da ausência do Ronaldo , seria agendado uma reunião extraordinária ou viria em uma ordinária, tendo a resposta do



Luciano





Diretor Presidente que dependeria do Conselho. Luciano sugeriu que poderia ser em uma próxima reunião, o que fez Eliete se posicionar se adiar para um mês essa tomada de decisão. Luciano então citou que o Instituto não conta com recursos disponíveis para tal. Ao mesmo tempo citou que haverá no dia 8 uma Assembleia de um fundo de ações, liquido, em torno de 8 milhões, que contou com uma aplicação que não foi das mais corretas, na mão de administrador e gestor que não contam com credibilidade no mercado, que poderia se fazer esta arbitragem, escolher um fundo decente, tirar e aplicar e continuar com a mesma linha de investimento, mas que tais questões será passado futuramente ao Conselho. Iria então questionou o Diretor Financeiro sobre o retorno financeiro da Geração Futura. Luciano então explicou que um fundo de ação não tem essa lógica: que quem deu resultado hoje, poderá dar amanhã o mesmo resultado, visto que está sujeito ao mercado e instabilidade, exemplificando que durante o mês de Maio, todos os fundos da carteira Pauliprev caíram em torno de 6%, visto a delação premiada do JBS, onde de maneira geral todos os fundos tiveram queda. Acrescentou a seguir que vem se observando o histórico do fundo que foi migrado FLIT para o fundo do grupo Geração, contanto com enquadramento enquanto PL, um fundo com mais de 5 anos e com histórico de rentabilidade, porém não é garantia que assim se manterá (hoje conta com 130 clientes). A seguir citou que é desse tipo de fundo que vem buscando. José Carlos então pediu a palavra e citou que já teria observado a carteira ainda em Fevereiro e que a FMD é um fundo muito falho, que a Pauliprev conta com 3 aplicações, que teria pesquisado que o administrador que fundou o fundo, foi um superintendente do Unibanco, senão lhe falha a memória, que teria captado recursos, sendo que só da Pauliprev conta com mais de 100 milhões, fundos a longo prazo, mobiliário, portanto ao seu ver muito

marcos

falho. Ligian e Luciano então citaram que correspondem a Sculptor, Iluminati e Pyxis, fundos estes realizados no final do ano. José Carlos então expressou que não fazia sentido a proposta dos conselheiros realizarem visita e avaliação do empreendimento, seria necessário assim contratar se fosse o caso uma empresa para tal, reiterando que esse fundo era frágil e que a Pauliprev terá problemas no futuro. Luciano então expos que por isso vem realizando tais levantamentos gerais, que por outro lado eles possuem autorização da CVM para tal. José Carlos retomou a palavra e citou que a CVM, estabelecerá que fundos estejam aptos desde que os requisitos necessários sejam preenchidos. Com isso o fundo sai captando , que é diferente de captar de um Banco, de um fundo estruturado, que tem respaldo. O Diretor Financeiro lembrou que quando o Ronaldo realizou a apresentação para o Conselho , apresentou os fundo líquidos e ilíquidos, o que não quer dizer que os que são ilíquidos estão perdidos, ou seja, não podem ser somente disponibilizados de imediato (caso dos três citados anteriormente que contam com mais de 100 dias). Ao mesmo tempo citou o temor que possui, conforme Jose Carlos sinalizou , que este administrador poderá ficar por mais 3 a 4 anos com tais recursos e com isso certamente gera-se dúvida quanto ao futuro, porém hoje ele apresenta todas as garantias , todos os investimentos, cabendo assim a todos a fiscalização diária. Eliete então questionou se há vários cotistas nestes fundos, tendo a resposta pelo Diretor Financeiro positiva, questionando novamente Eliete quanto a porcentagem da Pauliprev. O Diretor Financeiro então expos que na ordem de 15% a 16%, valores relevantes. Fabio citou que em reunião com os mesmos , teriam citado que nos mês de Dezembro venceria a cota do primeiro investidor, que no dia seguinte da aplicação teria solicitado resgate. Luciano então citou que eles estão querendo sinalizar que os ativos deles não geraram perdas. A

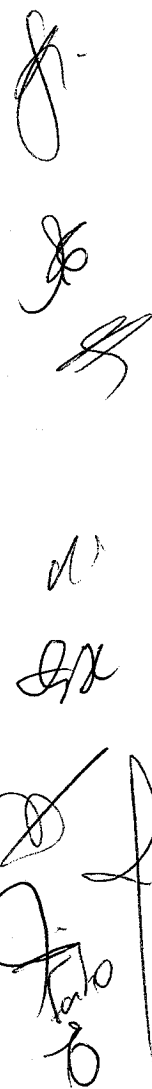
*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*

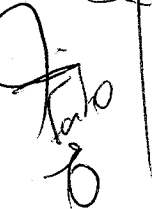
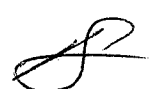
*Nome*

*[Handwritten signature]*

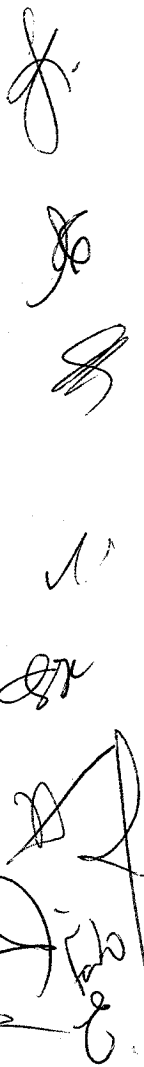
seguir retomou que o fundo Piatã e Incentivos tem a concentração de um credor na região de Piracicaba, Dulcini do grupo Ometo com 100 milhões de reais emprestados em títulos, debêntures, títulos privados, renda fixa que passaram para o mercado, e esses títulos ficaram quase um ano vencido e não foram tomadas atitudes. Agora estas empresas Incentivo e BRPP já tomaram as atitudes necessárias, sob pena inclusive de que tenham alguns títulos no final do ano e do ano que vem, sofrerem prescrição. Iria então citou que a CVM não vem fiscalizando, porém as denúncias de vários Institutos ela vem começando a se manifestar. Ligian então se posicionou contrário, citando que havia uma documentação da CEI que não obteve retorno. O Diretor Financeiro retomou a palavra e citou que o Instituto ainda conta com problemas: Leme, com participação interessante do Instituto, BBIF, BR Hoteis, Bridge, sendo lembrado por Fabio da SRM Mezanino, salientando que teria analisado este último e verificou uma carteira interessante. Jose Carlos acrescentou que na última reunião citou como fazem para tornar a carteira interessante, passando as perdas para um fundo e só apresentam uma parte "bacana". Luciano a seguir expôs que o resgate da Pauliprev deste fundo está programado para Novembro do corrente ano, que o Instituto está desenquadrado enquanto categoria. Valmir então questionou Luciano que em relação aos fundos problemáticos em que valores atingem, tendo a devolutiva do Diretor Financeiro que deva atingir 25%, portanto existe a possibilidade de recuperar algo em função de ações judiciais. Eliete então pediu a palavra e lembrou que na apresentação do Ronaldo esse valor era maior. Luciano então citou que na apresentação foi compreendido que os 51% dos fundos ilíquidos também seriam perda, porém lembrou que dentro desses fundos há papéis. Ligian a seguir questionou Luciano sobre a Sculptor, onde este encontra-se fazendo a liquidação, mostrando -se



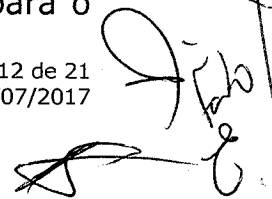
Manoel



portanto não problemático, porém ao abrir o fundo verifica-se que tem papéis da Atico, PRJ, apontando assim que o problema está disfarçado. Iria então questionou se a Pauliprev possui fundos da Atico. Luciano informou então que o Instituto conta com 4 fundos dos mesmo, sendo que existe um deles que está desde Março já pronto para ser vendido, Atico Florestal ,valor de 5 milhões quase 6 milhões, porém os possíveis compradores mantem o interesse por tal compra; já o Atico empresarial é um fundo imobiliário, que tem dentro de sua carteira, doze ou treze imóveis , sendo que seis ou sete não estão locados, portanto contando somente com o valor patrimonial; Atico energia, que conta com um único ativo , que deverá entrar em desinvestimento no final de Setembro, que teve uma Assembleia para mudar o gestor, porém não obtiveram êxito, portanto continua com o mesmo gestor, que se propôs a abicar do bônus (prêmio de 20%), inclusive das taxas de administração com a nova avaliação do fundo de acordo com dois anos atrás, lembrando ainda Luciano da existência do outro fundo da Atico . Com isso concluiu que na composição da carteira, há vários ativos problemáticos, que vem participando de várias Assembleias e pelo observado para trabalhar com esse ativos somente com ações judiciais, necessitando contratar advogado, despesa judicial, avaliador, portanto o problema é grande. Eliete então citou da possibilidade dos custos envolvidos para ações deste tipo , quase da possibilidade de não contar com retornos, sendo lembrado pela Ligian a perda significativa ainda da carteira. Jose Carlos lembrou o valor repassado da Caixa Econômica para fundo FMD; o primeiro, fundo de primeira linha, passando somente pelo comitê de investimentos e não pelo Conselho, contabilizando no geral entre todas as aplicações em fundo ao final do ano o montante de 100 milhões, portanto 10% do patrimônio do Instituto. Luciano então citou que poderia se delimitar , que teria solicitado inclusive para o



*Luciano*



Ronaldo colocar na Política de Investimentos para que limitasse aplicações para o setor privado, buscando com isso bloquear ações, complementado por José Carlos que para as próximas gestões que já se limite nas políticas de investimentos. O Presidente citou que com a apresentação do Ronaldo poderia se aproveitar e realizar questionamentos, que inclusive Fabio teria enviado uma sugestão da AMBIMA, que teria realizando menção a isto como politica de investimento, mas também avaliou que seria importante fazer essa inserção desse tipo de aspecto, independente do termo de ajustamento de conduta com a Promotora; que o próprio Conselho poderia deliberar que necessitaria de quorum qualificado para eventual modificação para o que foi determinado. Ligian então citou que a política pode ser modificada, acrescentando que o problema é que não há uma fiscalização sobre isso, que os Institutos estão sendo amplamente prejudicados, visto os vários casos de fraudes e ninguém faz nada. Fabio então pediu a palavra e relatou que contou com a apresentação de um sistema, que retira direto da CVM os fundos, e através de um exemplo foi verificado um fundo e o ratings, sendo que 49% do fundo não possuía rating, o segundo 15% e o terceiro os títulos públicos, ressaltando que com um sistema desse tipo muito se contribuiria. Luciano então citou que este sistema pode ser apresentado em alguma oportunidade, que é uma ferramenta sensacional, claro com um custo, porém muito interessante. Com isso, o Presidente do Conselho diante da ausência de mais colocações por parte do Conselho Fiscal agradeceu e citou que esse assunto seria pauta para outras reuniões. Eliete então citou que os problemas dos fundos os conselheiros já possuem conhecimento, que a política de investimentos seria apresentada devendo então partir posteriormente para ações concretas, modificações, sugerindo então que a reunião com o Ronaldo aconteça de forma rápida. Nara pediu a palavra e

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*

*marcelo*

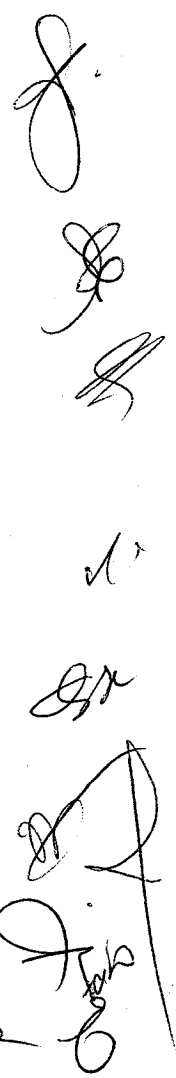
*[Handwritten signatures and initials at the bottom right]*

sugeriu que o material a ser apresentado pelo Ronaldo fosse enviado antecipadamente para que os conselheiros pudessem melhor analisar e pensar também em uma política de transparência em relação ao investimento, mas que primeiro precisaria se verificar o que ele preparou para esta apresentação. O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que a política de transparência começa pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho de Administração.

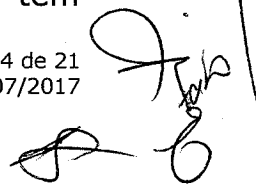
**Terceiro item da ordem do dia:** Em relação a nova sede , o Diretor Presidente citou que não contou ainda com a finalização dos processos licitatórios , que este deve ocorrer até o dia 28 de Julho, data também para os jornais no caso do Boletim Informativo.

**Quarto item da ordem do dia:** Em relação ao Guarda Municipal, o Diretor Presidente informou que desde a semana anterior, a Pauliprev passou a contar com um Guarda Municipal às segundas, quartas e sextas feiras, aguardando às terças e quintas feira, acrescentando ainda a possibilidade de vir um Guarda de forma permanente .

Márcia Ambrozini retomou a discussão do item da mudança de prédio questionando o Diretor Presidente se não havia previsão de mudança para nova sede, tendo a devolutiva que seria necessário encerrar o processo de licitação. Em relação a questão apontada por Ligian, o Diretor Presidente citou que o problema é que vem adequando o imóvel para a efetivação da mudança, que vem seguindo a Lei de licitação , não podendo ser punido por obedecer a Lei, que não poderia fazer antes, porque o prédio não estava adequado, que o mesmo é responsável em sua gestão, sendo que caso o Tribunal de Contas aponte alguma irregularidade, este responderá, porém tem



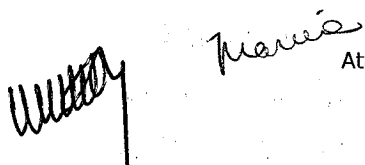
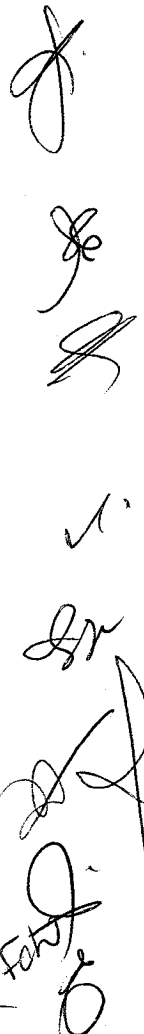
*mares*



tranquilidade neste sentido visto encontrar-se na Lei. Questionado pelo Valmir sobre outros possíveis processos de licitação, o Diretor Presidente citou que contará ainda com o de pintura, porém se transferirão para a nova sede anteriormente a isto e deverá fazer processo também de monitoramento (alarme e câmeras). Eliete então questionou se o hoje o prédio da Pauliprev conta com monitoramento, tendo a devolutiva do mesmo que conta somente com alarme, o que fez a mesma questionar se não poderia transferir esse sistema para a nova sede. O Diretor Presidente então citou que até poderia transferir mas como a estrutura é outra, teria que ampliar não acreditando que tal ampliação ficasse em apenas 25%.

**Quinto item da ordem do dia:** Com relação a reunião com o jurídico da Prefeitura o Diretor Presidente não teria contado com o retorno do Dr Luciano Carrer do Jurídico.

Márcia Ambrozini então questionou o mesmo senão teria sido encaminhado o anteprojeto da reestruturação administrativa da Pauliprev, tendo a devolutiva negativa, tendo a complementação do Diretor Presidente que também não teria sido encaminhado o da base previdenciária. Segundo o mesmo este vem buscando discutir os dois assuntos. Eliete então questionou o que o mesmo não teria conseguido, a data com o Jurídico ou com Douglas. A Diretora Administrativa pediu a palavra e citou que teria conseguido o agendamento com o Dr Douglas dia 07 de Agosto às 14 horas, o que fez o Diretor Presidente citar que não teria conseguido a confirmação do Dr Luciano Carrer, neste mesmo dia. Foi solicitado pela Nara que mantivesse o dia 7 da reunião com Dr Douglas para que os conselheiros possam tirar outras dúvidas pertinentes ao Instituto caso não se consiga a reunião com Dr Luciano Carrer.



**Sexto item da ordem do dia:** Em relação a atualização da CRP, o Diretor Presidente informou que teria recebido um pessoal encaminhado pelo Ministério da Previdência, no sentido de fazer as verificações necessárias para que se faça a tramitação da certidão. Segundo o Diretor Presidente existem 8 irregularidades (documento emitido em 21 de Julho), sendo: o auditor foi recusado pela Diretoria (ocorrido em 11 de Julho de 2008); atendimento ao Ministério Público da Previdência Social em auditoria indireta no prazo foi irregular (26 de Março de 2004); caráter contributivo, onde se irá reconhecer o posicionamento para efeito de formalização para depois questionar (26 de Março de 2004); demonstrativo da política de investimentos, irregulares devido a ausência (1 de Julho de 2017); demonstrativo de aplicação investimentos recursos (1 de julho de 2017); demonstrativo de informações previdenciárias e repasse (1 de Janeiro de 2014) aspecto este apontado por duas vezes; demonstrativos contábeis irregulares (2008), apontando como situação curiosa, uma vez que em 2016 o Instituto contou com certidão, questionando assim todas os demais apontamentos anteriores e finalizando citou do equilíbrio atuarial, ressaltando a importância do censo funcional, o qual se encontra em vias de ser realizado pelo Rh. Eliete então questionou Nivia sobre tal aspecto, tendo a devolutiva que o Rh encontra-se com problemas no novo sistema para gerar a folha, visto que vem sendo utilizado equipamentos antigos da Prefeitura, talvez pela falta de capacidade de memória, "travando" assim o sistema. Ao mesmo tempo citou que esse novo sistema de folha contará com vários aspectos importantes para a uso da Pauliprev, como por exemplo dos dependentes do servidor, que mapeará a vida profissional do servidor, sistema este que poderá ser alimentado ainda com dados que o Instituto necessitar, através de

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*









*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



solicitação de documentações ao servidor, certamente muito contribuirá para os dados atuariais. O Diretor Presidente citou que o Secretário de Rh teria lhe adiantado que neste levantamento até as atividades fora da Prefeitura seriam lançadas neste sistema, citando ainda que o Sr Pedro o chamaria para definir juntos tais parâmetros. Reginaldo então questionou se a Pauliprev não poderia realizar este trabalho paralelo, "fora " da Prefeitura e Câmara, que embora sejam servidores, são também segurados. O Diretor Presidente então expos que vem buscando atuar pela via ordinária, porém via extraordinária o Prefeito poderia baixar um Decreto e determinar que estas informações fossem prestadas para um banco de dados da Pauliprev. Reginaldo então questionou senão haveria prerrogativa de realizar tal levantamento independente., tendo a resposta negativa do Diretor Presidente, acrescentando que poderia se realizar porém não significaria que se obteria êxito , que existe vários aspectos envolvidos . Reginaldo então retomou a palavra e citou da importância desta questão não andar conjunto com a Prefeitura ou Câmara, da necessidade de ser uma ação paralela. O Diretor Presidente citou a seguir que deverá na próxima semana se dirigir ao Ministério de Previdência Social em Brasília, com o intuito de estabelecer maior proximidade e ao mesmo tempo, mediante a relação de todos os servidores e respectivos NITS, pleitear que forneçam a folha de recolhimento realizado ao INSS e que baseado nestes dados, a Pauliprev terá condições de contar com dados para a base atuarial e ao mesmo tempo no momento de aposentadoria do servidor se terá essa base de dados, não ficando assim somente dependente de certidões. Nivia a seguir relatou que muitos servidores adquirem a CTC para que faça uma simulação na Pauliprev. Ressaltou a seguir que muitos deles devolvem a CTC para o INSS, visto que muitos não necessitam de todo tempo para sua aposentadoria e com

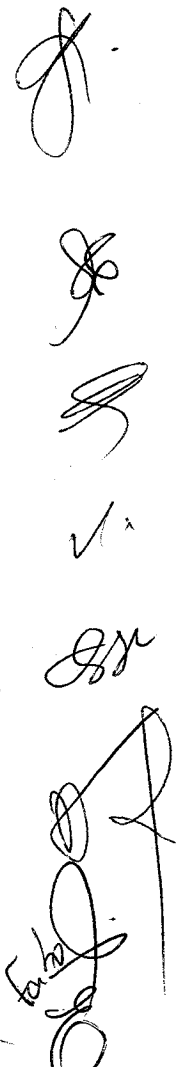
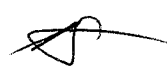
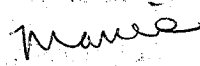
  
  
  
  
  
  
  




Nuvia

isso reutilizam tal tempo restante pagando carnê de autônomo do INSS para futura aposentadoria, lembrando da citação do Diretor Presidente quando este teria a idéia de solicitar a CTC de todos servidores. O Diretor Presidente então citou que mesmo que utilizem uma parte desse tempo, através deste levantamento se efetivaria o cálculo atuarial de forma mais real. Márcia Ambrozini então relatou sua experiência quando no momento de sua aposentadoria, que o INSS teria encaminhado sua CTC somente com o tempo necessário, ficando ainda com o mesmo 5 anos, sendo que este valor ficou com os mesmos. A seguir Valmir citou que estava claro que a Pauliprev deve contar com este banco de dados, sugerindo que caso não se obtenha sucesso junto ao Ministério da Previdência, senão poderia se entrar com liminar. O Diretor Presidente então a seguir explicou as situações que justificaria entrar com medida liminar. Jose Carlos mostrou sua indignação quanto a necessidade de ter recorrer ao Ministério da Previdência afim de se buscar dados existentes na própria Prefeitura. O Diretor Presidente então solicitou que fosse colocado como pendência o envio de ofício ao Prefeito solicitando a efetivação de Decreto visando a realização de censo funcional.

**Sétimo item da ordem do dia:** Eliete explicou que a proposta de pro-memória de pendências foi do conselheiro de Guilherme, como forma de acompanhar todas as pendências originadas a partir de reuniões, de forma que não se tornassem "esquecidas" (entregue cópia desse material). Com isso realizou verificação de todas as atas desta gestão, ou seja, a partir de 26 de Janeiro do corrente ano e foi se elencando na planilha, a qual será encaminhada para todos por email através da Diretoria Administrativa. Além disso informou que há varias pendências ainda a serem agilizadas, citando da importância quando do envio da verificação se há alguma questão

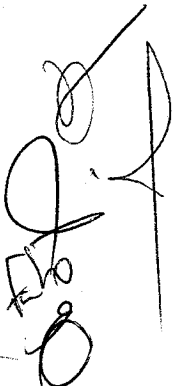
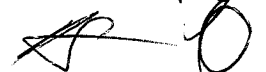
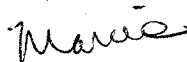


que corresponda a sua pessoa. Sandra então questionou porque as questões que estão resolvidas e apontadas como concluída mantem-se na planilha. Guilherme então respondeu que constitui como histórico do trabalho , mas que há a ferramenta de filtro que poderá se utilizar e excluí-la. Eliete ainda completou que poderá ser utilizado para efeito até mesmo de um relatório anual. A seguir Eliete citou que teria complementado a tabela original criada pelo Guilherme com a coluna Observações, onde vem sendo utilizada para escrever alguma explicação , ou ainda citar que este aspecto depende de outro item. Jose Carlos então solicitou a atualização da mesma visto que a questão do parcelamento já fora resolvido. Com isso estabeleceu-se que Eliete atualizaria o que fosse possível e depois encaminharia para Guimarães para então Adriana socializar com os demais conselheiros.

Nara pediu a palavra e lembrou da necessidade de se realizar um levantamento dos dados primordiais que deverão constar no censo funciona.

Sandra retomou com o Diretor Presidente a questão da CRD , em relação ao primeiro aspecto apresentado (não recebimento do auditor em 2008), ou seja, que mecanismos poderiam ser utilizados para resolver esta questão e os demais sinalizados. O Diretor Presidente então citou que alguns aspectos um dos contatos da FIPE irá orientar sendo que os demais o Diretor Presidente buscará em Brasília as demais orientações.

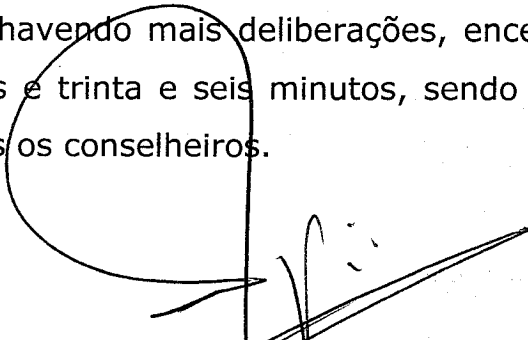
A seguir o Presidente do Conselho citou que as reuniões ordinárias do mês de Agosto corresponderão nos dias 8 e 22 às 18 horas no plenarinho da Câmara, sendo a extraordinária estabelecida para o dia 31 de Julho às 18 horas na sede do Instituto.



A seguir o Presidente do Conselho reiterou as opções de datas para a realização do curso de CPA10 que seria ministrado pelo Ronaldo, ficando estabelecido a proposta dos dias 17, 18 e 21 de Agosto, tendo a sugestão do Valdir que o curso fosse realizado dia 19 (sábado) e não dia 21, solicitação que a Diretora Administrativa ficou de verificar com o consultor.

O Diretor Presidente a seguir citou que teria recebido uma mensagem via whatsapp do Dr Luciano Carrer que poderia se reunir com o grupo e Dr Douglas no período da manhã. Diante do horário já agendado do Dr Douglas para o período da tarde somente, novo contato foi estabelecido com Dr Luciano visando verificar tal possibilidade de mudança de seu horário, ficando o mesmo responsável de oferecer devolutiva quando do retorno do mesmo.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às dezenove horas e trinta e seis minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVER

Presidente Cons. Administrativo



ELIETE MARIA DA SILVA

Secretária Cons. Administrativo



GUILHERME HOFF

Conselho Administrativo



LIGIAN REGINA KALVON

Conselho Fiscal



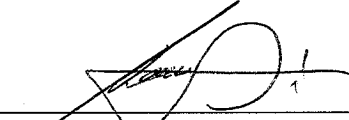
JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA



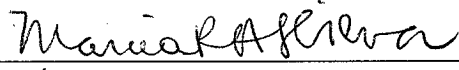
FÁBIO CECCONELO

Conselho Administrativo

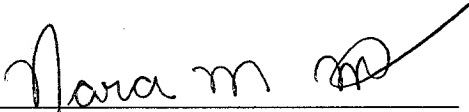
Conselho Fiscal

  
REGINALDO APARECIDO NAVES

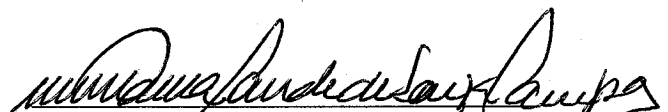
Conselho Administrativo

  
MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA


Conselho Fiscal

  
NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo

  
MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

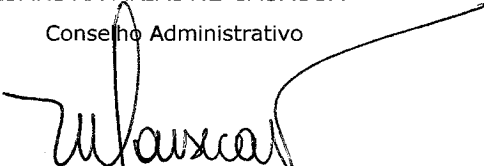
  
SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo


ausente

ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal

  
NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo

  
VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo

